

Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar Hospital Regional Público da Transamazônica - Altamira/PA

CNPJ nº 24.232.886/0075-01

Demonstrações Financeiras

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro - Em Reais				Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro - Em Reais			
Ativo	Nota	2.017	2.016	Nota	2.017	2.016	Nota
Circulante				Passivo e patrimônio líquido negativo			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.286.006	3.773.547	Fornecedores	8	3.734.827	3.466.168
Contas de receber	5	9.099.615	6.461.216	Honorários médicos	9	2.951.304	2.929.580
Estoques	6	1.429.874	1.584.969	Obrigações sociais e trabalhistas	10	3.713.006	3.553.373
Adiantamento a fornecedores		41.232	13.916	Obrigações fiscais	11	1.968.328	2.970.167
Despesas antecipadas		-	269.895	Partes relacionadas	12	6.039.188	6.219.376
Outros ativos circulante		19.161	190.889	Contas a pagar	13	625.000	1.250.000
		11.875.888	12.294.432	Outros passivos		12.023	-
Não Circulante				Não Circulante			
Realizável em longo prazo				Contas a pagar	13	-	625.000
Depósitos judiciais	15	399.376	1.662.655	Obrigações fiscais	11	1.239.257	-
		399.376	1.662.655	Provisão para descontinuidade	14	2.526.407	1.977.887
Imobilizado	7	343.606	661.030	Provisão para contingência	15	1.351.909	1.351.909
Intangível	7	576.200	516.000			3.999.573	3.954.136
		919.806	1.177.030	Patrimônio Líquido Negativo			
		1.319.182	2.839.685	Patrimônio social negativo	(9.208.683)	(5.787.836)	
		13.195.070	15.134.117	Déficits dos exercícios	(639.496)	(9.208.683)	
Total do Ativo				Total do Passivo e Patrimônio Líquido			
		13.195.070	15.134.117			13.195.070	15.134.117
Demonstração das mutações do patrimônio líquido negativo Exercícios findos em 31 de dezembro - Em Reais							
Patrimônio social negativo				Superávit (déficit) dos exercícios			
Em 1º de Dezembro de 2.016		(4.588.235)	(1.199.601)	Total		(5.787.836)	
Transferência		(1.199.601)					
Déficit do exercício			(3.420.847)			(3.420.847)	
Em 31 de Dezembro de 2.016		(5.787.836)				(9.208.683)	
Transferência		(3.420.847)				(3.420.847)	
Déficit do exercício			(639.496)			(639.496)	
Em 31 de Dezembro de 2.017		(9.208.683)				(9.208.683)	
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2.017 e de 2.016. - Cifras apresentadas em reais.							
1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, de agora em diante denominada "a Entidade", é uma Entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica e que tem por finalidade, de acordo com seu estatuto social: I - Prestar assistência à saúde e serviços médico-hospitalares a quantos procurarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo religioso, opinião política ou qualquer outra condição, tanto em regime de internação quanto ambulatorial. II - Prestar assistência social por meio de asilos, creches e outras atividades que ajudem a comunidade a se realizar. III - Desenvolver a pesquisa, tanto pura quanto aplicada, sobretudo em seus estabelecimentos, para favorecer o aperfeiçoamento das atividades da saúde. IV - Levantar a efeito atividades de saúde comunitária, com vistas à prevenção da doença, orientação sanitária e imunização. Ainda de acordo com o seu estatuto para atingir suas finalidades a Pró-Saúde desenvolverá as seguintes atividades: I - Desenvolver atividades educacionais na saúde, podendo fundar e manter escolas, faculdades e cursos em geral e franqueá-los a quem de direito os procurar, podendo inclusive conceder bolsas de estudo. II - Prestar serviços em administração hospitalar, na modalidade de assessoria e/ou consultoria técnicas, diagnóstico ou a administração propriamente dita, a Entidades congêneres ou não e também a estabelecimentos próprios ou de terceiros, públicos ou privados. III - Promover, coordenar e organizar congressos, simpósios e jornadas específicas na área da saúde. O eventual resultado das atividades remuneradas deverá ser, obrigatoriamente, aplicado no desenvolvimento de suas finalidades. A Pró-Saúde prestará assistência gratuita aos que não tiverem recursos, na proporção, ao menos, que preceitua a legislação em vigor, nos estabelecimentos próprios e naqueles eventualmente aceitos em comodato ou qualquer outra forma de contratação. b) Contrato de Gestão: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar em 07 de dezembro de 2.006, celebrada com o Governo do Estado do Pará, contrato de Gestão para o Gerenciamento e Execução de atividades e serviços de saúde a serem desenvolvidos no Hospital Regional Público da Transamazônica, com prazo de vigência de 05 (cinco) anos, e ajustáveis a cada 12 (doze) meses. Em 07 de dezembro de 2012, celebrou novo contrato de gestão, com prazo de vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados por períodos sucessivos, limitados a 60 (sessenta) meses. Em 2017 vigorou o décimo termo aditivo ao contrato de gestão, sendo este último vigente até 06 de dezembro de 2017. Em 07 de dezembro de 2017, celebrou novo contrato de gestão, com prazo de vigência de 60 (sessenta) meses. O Governo do Estado do Pará, através de sua Secretaria Especial de Estado de Proteção Social e da Secretaria Executiva de Estado de Saúde Pública, instituiu o Grupo Técnico de Controle e Avaliação da Gestão dos Hospitais Metropolitanos e Regionais, que procederá ao acompanhamento da execução do contrato e a verificação periódica do desenvolvimento das atividades e resultados obtidos pela Organização Social com a aplicação dos recursos sob sua gestão, elaborando relatório circunstanciado. A verificação é relativa ao cumprimento das diretrizes e metas definidas no contrato e restringir-se-á aos resultados obtidos em sua execução, através dos indicadores de desempenho estabelecidos, em confronto com as metas pactuadas e com a economicidade dos desenvolvimentos das respectivas atividades. As etapas do processo de avaliação do Contrato de Gestão estão divididas da seguinte forma: I - Prestação de Serviços Hospitalares (Mapa de Produção); II - Indicadores de Qualidade; e III - Prestação de Contas. O Hospital atende o objeto contratual com a implantação e operacionalização dos serviços assistenciais e de apoio necessários para uma gestão profissional. Pela análise de metas, verifica-se que todos os serviços pactuados, foram disponibilizados para a Central de Regulação e aos municípios de sua região de abrangência. c) Plano de				ação - Contrato de gestão: A Administração da Pró-Saúde, vem implementando esforços para repactuar o contrato de gestão firmado com o Governo do Estado do Pará, com o objetivo de equilibrar os custos com as receitas da unidade hospitalar. Nos últimos anos, em função dos déficits recorrentes apurados, a unidade passou a apresentar capital circulante líquido e patrimônio social negativo. Enquanto o reajuste do contrato de gestão não ocorrer, a Administração buscará medidas alternativas que são: reduzir ainda mais os custos sem prejudicar os atendimentos hospitalares, e obter empréstimos financeiros com outras unidades da Pró-Saúde. 2. Base de Preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e às normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem finalidade de lucros. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 23 de Março de 2.017. 2.3 Base de Mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. 2.3 Uso de estimativas e julgamentos: A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que apresentem risco significativo de resultar em ajuste material no próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos nas seguintes notas explicativas: • Nota 7 - Depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível; • Nota 14 - Provisão para descontinuidade; • Nota 15 - Provisão para contingência; 3. Resumo das Principais Práticas Contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. a) Ativos circulantes e não circulantes: • Caixa e equivalentes de caixa: Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com insignificante risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. • Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência. • Estoques: Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exceda o valor de realização e referem-se aos produtos de materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo geral, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e medicamentos. • Imobilizado: Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a depreciação correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. • Intangível: Referem-se aos bens não corpóreos adquiridos e são demonstrados pelo valor do custo de aquisição. Contempla a amortização correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. b) Pas-			

7. Imobilizado e Intangível		2017		2016	
a) Composição: Itens		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado: Aparelhos médicos e cirúrgicos		2.093.555	(2.070.557)	22.998	76.054
Benefetorias		161.385	(161.385)	-	-
Equipamentos de informática		432.726	(412.460)	20.266	65
Equipamento telefônico		7.689	(7.689)	-	-
Equipamento laboratório escolar		336.370	(336.370)	-	13.369
Instrumentos de med. e cirurgia		2.392.244	(2.203.865)	188.379	346.410
Máquinas e equipamentos de escritório		129.108	(113.424)	15.684	24.692
Máquinas e equipamentos hospitalares		2.722.877	(1.987.392)	735.485	1.088.273
Móveis e utensílios de escritório		190.108	(160.199)	29.909	46.290
(-) Subvenções a realizar		(669.115)	-	-	-
		7.496.171	(7.453.341)	343.606	661.030
Intangível: Direito de uso de software		1.709.535	(1.133.335)	576.200	516.000
		1.709.535	(1.133.335)	576.200	516.000
b) Movimentação: Itens		Saldo em 31/12/16	Adições e baixas	Depreciação/Realizações	Saldo em 31/12/17
Imobilizado: Aparelhos médicos e cirúrgicos		2.093.555	-	-	2.093.555
Benefetorias		161.385	-	-	161.385
Equipamentos de informática		404.028	28.698	-	432.726
Equipamento telefônico		7.689	-	-	7.689
Equipamento laboratório escolar		336.370	-	-	336.370
Instrumentos de med. e cirurgia		2.392.244	-	-	2.392.244
Máquinas e equipamentos de escritório		129.108	-	-	129.108
Máquinas e equipamentos hospitalares		2.715.807	7.070	-	2.722.877
Móveis e utensílios de escritório		190.108	-	-	190.108
(-) Subvenções a realizar *		(934.123)	-	265.008	(669.115)
(-) Depreciação		(6.835.141)	-	(618.200)	(7.453.341)
		6.835.141	35.768	(353.192)	343.606
Intangível: Adiantamento a fornecedores		1.709.535	-	-	1.709.535
(-) Amortização		(1.193.535)	-	60.200	(1.133.335)
		516.000	-	60.200	576.200
c) Taxas de depreciação: As taxas de depreciação e amortização praticadas são:					
Descrição		Taxa ao ano			
Aparelhos médicos e cirúrgicos		10,0%			
Benefetorias		20,0%			
Equipamentos de informática		20,0%			
Equipamento telefônico		10,0%			
Equipamento laboratório escolar		10,0%			
Instrumento de med. e cirurgia		10,0%			
Máquinas e equipamentos de escritório		10,0%			
Máquinas e equipamentos hospitalares		10,0%			
Móveis e utensílios de escritório		10,0%			
8. Fornecedores: Descrição		2.017	2.016		
Materiais e medicamentos		1.892.559	1.533.036		
Serviços tomados de pessoa jurídica		1.804.788	1.930.929		
Serviços tomados de pessoa física		30.613	2.203		
Imobilizado		3.734.827	3.466.168		
9. Honorários Médicos: Os honorários médicos a pagar estão registrados pelo valor de liquidação das obrigações e apresentam a seguinte composição:					
Descrição		2.017	2.016		
Honorários médicos pessoa jurídica		2.951.304	2.929.580		
		2.951.304	2.929.580		
10. Obrigações Sociais e Trabalhistas		2.017	2.016		
Descrição					
Salários e ordenados		1.098.472	971.400		
Provisão para dissídio coletivo (a)		142.537	461.627		
FGTS		172.478	145.134		
INSS		295.385	92.765		
PIS sobre folha de pagamento		-	22.437		
Provisão de férias e encargos		1.979.342	1.832.956		
Outras obrigações sociais e trabalhistas		24.792	17.054		
		3.713.006	3.553.373		
(a) Provisão para dissídio coletivo: Em 31 de dezembro de 2017 correspondem ao dissídio coletivo do SINTHOSP, Sindicato dos Profissionais de Enfermagem e Técnicos, do Estado do Pará, considerando o percentual de reajuste de 2,85%, de setembro de dezembro de 2017.					
fornecedores, honorários médicos e partes relacionadas.					
4. Caixa e Equivalentes de Caixa: Descrição		2.017	2.016		
Com restrição					
Fundo Fixo		1.500	1.500		
Banco conta movimento (a)		6	3.772.047		
Aplicações financeiras de curto prazo (b)		1.284.500	-		
		1.206.006	3.773.547		
(a) Correspondem aos saldos disponíveis em conta corrente depositados no Banco Banpará. (b) Em 31 de dezembro de 2017, corresponde a aplicações financeiras em certificado de depósitos bancários (CDBs), remunerados a taxa de 95% do CDI (Certificados de depósitos interbancários) no Banco Banpará.					
5. Contas a Receber de Clientes: Descrição		2.017	2.016		
Secretaria executiva de saúde pública		9.099.615	6.461.216		
		9.099.615	6.461.216		
Correspondem aos valores a receber junto à Secretaria do Estado de Saúde Pública do Pará, pela emissão de notas fiscais, respaldado pela celebração do contrato de gestão hospitalar. Subsequente ao encerramento do exercício social e até a data de apresentação dessas demonstrações financeiras foi recebido o montante R\$ 4.270.299,36.					
6. Estoques: Descrição		2.017	2.016		
Dietas enterais e parenterais		37.138	42.584		
Fios cirúrgicos		21.322	20.681		
Gases medicinais		9.933	29.865		
Materiais de radiologia		7.124	9.141		
Materiais hospitalares de consumo		477.083	380.041		
Materiais hospitalares de reposição e manutenção		120.639	170.374		
Medicamentos		311.096	501.607		
Materiais de diálise e hemodiálise		129.867	207.213		
Materiais de lavanderia e limpeza		65.448	105.865		
Materiais de laboratório		117.753	-		
Demais materiais		132.471	117.598		
		1.429.874	1.584.969		
7. Despesas com Pessoal		2.017	2.016		
Descrição					
Salários e ordenados		(12.124.311)	(11.399.476)		
Insalubridade		(904.259)	(894.150)		
Horas extras e adicionais		(1.057.797)	(1.212.253)		
Décimo terceiro salário		(1.413.613)	(1.131.631)		
Férias		(1.983.764)	(1.578.104)		
FGTS		(1.364.260)	(1.333.952)		
Provisão para descontinuidade		(688.245)	(393.783)		
- Multa rescisória FGTS		(688.245)	(393.783)		
Contribuição Patronal ao INSS		(4.984.669)	(4.439.303)		
Isenção da Contribuição Patronal ao INSS		4.984.669	4.439.303		
PIS		(143.458)	95.638		
(-) Isenção do PIS (a)		(403.748)	(550.661)		
Outras		(19.987.817)	(18.503.071)		
(a) Em fevereiro de 2017 o Supremo Tribunal Federal julgou o recurso extraordinário nº 636.941/RS, onde decidiu que as entidades beneficiárias de assistência social que atendam aos requisitos legais, são isentas à contribuição ao PIS/Pasep. Assim, a partir de maio de 2017 a entidade deixou de recolher a contribuição ao PIS sobre as despesas com pessoal, bem como, passou a registrar a isenção correspondente no resultado do exercício.					
18. Serviços de Terceiros: Descrição		2.017	2.016		
Serviços médicos de pessoa jurídica		(18.941.275)	(18.512.785)		
Serviços tomados de pessoa física		(1.966)	(32.256)		
Serviços tomados de pessoa jurídica		(4.899.124)	(4.879.110)		
		(23.842.365)	(23.424.131)		
19. Custo Corporativo Compartilhado: Refere-se ao custo corporativo compartilhado da Sede Administrativa, relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações relativas à unidade.					
20. Drogas, Materiais e Medicamentos		2.017	2.016		
Descrição					
Medicamentos		(1.914.708)	(1.944.887)		
Ortese e prótese		(628.433)	(707.296)		
Materiais de uso do paciente		(2.303.180)	(1.687.761)		
Gases medicinais		(469.822)	(662.850)		
Gêneros alimentícios		(729.458)	(777.493)		
Materiais de limpeza e lavanderia		(451.382)	(381.415)		
Materiais de conservação e manutenção		(793.516)	(1.359.270)		
Hemoderivados		(1.088.032)	(901.580)		
Dieta enteral e parenteral		(383.116)	(420.954)		
Combustíveis e lubrificantes		(322.948)	(315.930)		
Outros		(521.426)	(523.455)		
		(9.606.021)	(9.682.891)		
21. Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:					
Descrição		2.017	2.016		
Ativos					
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa		1.286.006	3.773.547		

continuado		
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber - Contrato de gestão	9.099.615	6.461.216
Total	10.385.621	10.234.763
Passivos		
Pelo custo amortizado		
Fornecedores	3.734.827	3.466.168
Honorários médicos	2.951.304	2.929.580
Partes relacionadas	6.039.188	6.219.376
Total	12.725.319	12.615.124

Risco de liquidez: O principal risco financeiro considerado pela Administração da Entidade é o risco de liquidez, onde a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Entidade trabalha alinhando a disponibilidade e a geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

22. INSS Cota Patronal (a) Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social: Em 28 de junho de 2012, a entidade protocolou o pedido de renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social) no Ministério da Saúde,

relativo ao triênio 2.013 a 2.015, em cumprimento ao art. 34 da Lei 12.101/09, sendo que até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras, ainda não foi julgado. Em 01 de agosto de 2.015 foi protocolado novo requerimento de renovação, registrado pelo SIPAR nº 25000.100966/2015-61 e está aguardando análise em ordem cronológica. O CEBAS esteve válido durante todo o exercício de 2.017 por determinação do art. 8º do Decreto Federal nº 8.242/14. A Pró-Saúde atende assim os requisitos constitucionais e legais referentes à concessão e renovação do CEBAS, o que lhe reconhece a imunidade em relação aos tributos a ela referidos, principalmente a cota patronal. **(b) Apresentação da cota patronal:** A cota patronal e sua respectiva isenção estão demonstradas na nota explicativa nº 17 - Despesas com pessoal não afetando o resultado do exercício. **(c) Ganhos ou perdas e riscos potenciais:** A cota patronal do INSS registrada em contas de resultado não potencializa qualquer ganho ou perda, excetuando-se a desoneração da contribuição de seus custos e despesas operacionais que lhe atribui maior eficiência em desenvolver suas atividades. **23. Imunidade e Isenção Tributária:** A Pró-Saúde Associação Beneficiária de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Regional Público da Transamazônica - Altamira/PA, é uma entidade

sem fins lucrativos, imune de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, e isenta notadamente em relação à cota patronal do INSS. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias, destacamos: **PIS (Programa de Integração Social):** A partir de maio de 2017, após decisão do Supremo Tribunal Federal, a entidade passou a ser isenta da contribuição do PIS sobre as despesas com pessoal. **COFINS (Contribuição para financiamento da seguridade social):** A entidade é isenta do pagamento da Cofins incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. A isenção das contribuições usufruídas foram:

Descrição	2.017	2.016
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	1.865.456	1.809.696
Contribuição patronal ao INSS	4.984.669	4.439.303
PIS sobre folha de pagamento	95.638	
Total	6.945.763	6.248.999

24. Pacientes Atendidos: A entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Único de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S em 60%, para fins de gratuidade.

Dom Eurico dos Santos Veloso Presidente	Jocelmo Pablo Mews Diretor Geral da Pró-Saúde	Edson Gonçalves Primo Diretor Geral do Hospital	Pedro Campos Braga Filho Diretor Financeiro do Hospital
Mariilde Mencato - Contadora local - CRC / RO: 03720/O-9 "T" PA		David Martins Ferreira - Contador Geral - CRC: 1SP 195.413/O-2 "S" - PA	

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores Pró-Saúde Associação Beneficiária de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Regional Público da Transamazônica - Altamira - PA. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da **Pró-Saúde Associação Beneficiária de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Regional Público da Transamazônica - Altamira/PA** (entidade) que compreende o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2.017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido negativo e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2.017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sem ressalva:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** O Hospital tem apurado prejuízos operacionais constantes, fato que tornou o capital circulante líquido e o patrimônio líquido negativo. Conforme nota explicativa nº 1c, a Administração está implementando esforços no sentido de repectuar o contrato de gestão junto ao Governo Estadual do Pará para equilibrar os custos e receitas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidade da administração e da governança**

pelas demonstrações financeiras: A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude e erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para

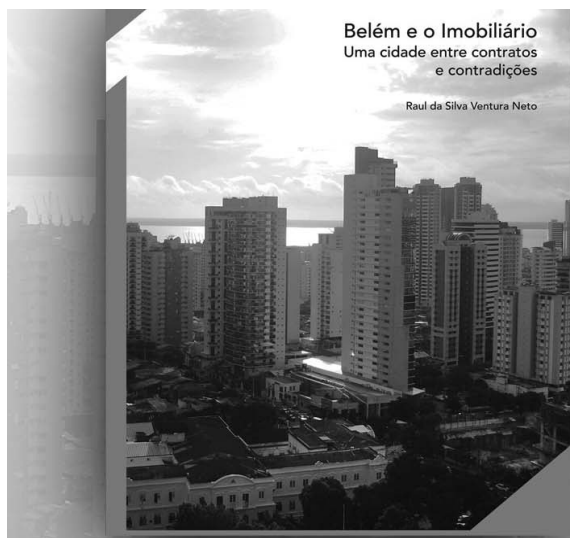
fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Altamira, 23 de Março de 2.018.

LM Auditores Associados
CRC 2SP018.611/0-8


Maurício Diácoli
CRC 1SP129.562/0-5 "S" - PA

Protocolo: 296201



Belém e o Imobiliário
Uma cidade entre contratos e contradições

Raul da Silva Ventura Neto



Edições
F&C
4009-7817